

# O Espírito Santo e o diálogo inter-religioso: apontamentos da tradição e do magistério eclesiástico

## The Holy Spirit and interreligious dialogue: notes of the tradition and ecclesiastical magisterium

Elias Wolff<sup>1</sup>  
Adriano Lazarini Souza dos Santos<sup>2</sup>

### Resumo

O Espírito Santo é livre, age em tudo, tudo permeia e dinamiza. O Concílio Vaticano II (1962-1965), de índole essencialmente pneumatológica, marcou uma nova percepção da atuação salvífica do Paráclito para além das fronteiras do cristianismo. Ao ouvir o apelo para o diálogo com o mundo também através da teologia das religiões, o Concílio Vaticano II sinalizou para a pneumatologia como elemento facilitador do contato e do reconhecimento da ação da graça salvífica nas religiões não cristãs. O objetivo do presente artigo é delinear alguns elementos que permitam perceber a ação do Espírito Santo nas religiões não cristãs e a premente relação de diálogo da Igreja para com as mesmas. Utilizaremos neste artigo o método descritivo, procurando apresentar as principais expressões referentes ao Espírito Santo oriundas dos principais documentos do magistério da Igreja. De maneira breve, serão citadas algumas considerações críticas do teólogo Jacques Dupuis no tocante a avanços e retrocessos nas formulações destacadas.

### Palavras-chave

Espírito Santo. Concílio Vaticano II. Diálogo. Religiões. Jacques Dupuis.

### Abstract

The Holy Spirit is free, acts in everything, everything permeates and invigorates. The Second Vatican Council (1962-1965), of an essentially pneumatological nature, marked a new perception of the Paraclete's salvific action beyond the frontiers of Christianity. Hearing the call for dialogue with the world also through the theology of religions, the Second Vatican Council pointed to pneumatology as a facilitator of contact and recognition of the action of saving grace in non-Christian religions. The purpose of this article is to outline some elements that allow us to perceive the action of the Holy Spirit in non-Christian religions and the Church's pressing dialogue with them. We will use in this article the descriptive method, trying to present the main expressions referring to the Holy Spirit coming from the main documents of the magisterium of the Church. Briefly, some critical considerations of the theologian Jacques Dupuis will be cited with regard to advances and setbacks in the highlighted formulations.

### Keywords

Holy Spirit. Second Vatican Council. Dialogue. Religions. Jacques Dupuis.

---

<sup>1</sup> Doutor e mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Santa Cruz (PUSC). Bacharel em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Líder do grupo de pesquisa *Teologia, Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso*, cadastrado no CNPq. Coordenador do Núcleo Ecumênico e Inter-religioso (NEIr) da PUCPR e da Comissão Teológica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Contato: [elias.wolff@pucpr.br](mailto:elias.wolff@pucpr.br).

<sup>2</sup> Bacharel em Teologia pela Faculdade Missioneira do Paraná (FAMIPAR). Contato: [adrianolazarini@priest.com](mailto:adrianolazarini@priest.com).

## INTRODUÇÃO

O panorama plural das religiões é um fato diante do qual não é possível mais cerrar os olhos. Nunca esteve tão em voga a temática do diálogo inter-religioso como nos tempos atuais. Fala-se muito desta problemática no tocante à coexistência pacífica dos povos que coabitam o planeta. Surge, muitas vezes, um diálogo artificial sedativo na tentativa de evitar o horror das guerras.

Para a Igreja, todavia, medo e coexistência não são as razões principais para dialogar. O mandato do Senhor “ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28,19) constitui o diálogo como uma dimensão do *actus essendi* da Igreja, sacramento da salvação. Jesus transmite aos apóstolos a missão de dar a conhecer a salvação. O Pentecostes marca o nascimento oficial da Igreja através do envio do Espírito Santo, o Paráclito, sobre Maria e os apóstolos. Sustentados pela força do Espírito de Deus, a Igreja é impulsionada a proclamar uma pessoa: Jesus Cristo e este, ressuscitado. Nos imensos e plurais areópagos do mundo, a Igreja tem por imperativo dar a conhecer aquilo que recebeu, o que ouviu, viu, contemplou e apalpou do Verbo da Vida (cf. 1Jo 1,1): o Deus desconhecido que muitos adoram sem saber que o fazem.

Mas, como então nós, cristãos, dialogarmos com os de outras religiões? Deus não age neles? Para eles não há salvação? Claro está que a limitada compreensão da frase *extra ecclesiam nulla salus* é destituída de plausibilidade. A Igreja admite que Deus age, desde o princípio, através do seu Espírito.

O objetivo do presente artigo é delinear algumas balizas que nos permitam perceber a ação do Espírito Santo nas outras religiões e a premente relação de diálogo da Igreja para elas.

## 1 BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Olhar para a o cristianismo desde sua gênese, ainda que de modo abreviado, nos permite perceber que o diálogo com as culturas foi capital para o seu desenvolvimento. O período patrístico é testemunha de um fecundo encontro do cristianismo com a cultura helênica da qual hauriram um instrumental conceitual filosófico que permaneceu na Teologia. Muitos dos temas hoje abordados amplamente no diálogo inter-religioso nasceram das especulações positivas dos primeiros padres da Igreja. “Os Padres da Igreja colocam o problema da salvação em perspectivas muito amplas, que vão muito além de considerações particulares ou individuais” (CINTRA apud RIBEIRO, 1973, p. 34). Tal universalismo, não obstante, não os isentou de apresentar Jesus Cristo às culturas e religiões com as quais tomavam contato.

São Justino é o mentor da terminologia clássica “*logói spermatikoi*”, segundo a qual há lampejos do *Logos* espalhados em toda a humanidade. Mediante este conceito, Justino estabelece um ligame entre a filosofia antiga e o cristianismo. “Em Cristo, o Logos divino apareceu em toda a sua plenitude; mas cada homem possui, em seu intelecto, um germe

(*spérma*) do Logos.” (ALTANER; STUIBER, 1972, p. 79). Justino estabelece uma perspectiva universalista de abertura no que se refere ao influxo do *Logos* nas religiões não cristãs.

À perspectiva joanina, segundo a qual o Verbo “ilumina todo homem”, Justino dá um aspecto mais filosófico e totalmente universal: ao longo da história e mesmo antes da Encarnação, o Logos está e sempre esteve em todos os homens, pois todo ser humano, já por sua razão, participa do Logos divino e tem a capacidade de viver segundo o Logos. Justino não tem medo de afirmar que aqueles que viveram antes de Cristo, judeus ou pagãos, e que foram fiéis à luz do Logos que possuíam, em certo sentido já eram “cristãos”, isto é, abertos a valores religiosos e morais que constituíam uma longínqua mas real abordagem do Evangelho. (LIÉBAERT, 2000, p. 48-50).

Adiante, em outra citação, Justino afirma claramente que as pessoas que viveram sob o estímulo do Verbo, indicando com isso talvez os ditames da consciência, são verdadeiros cristãos.

Nós recebemos o ensinamento de que Cristo é o primogênito de Deus e indicamos antes que ele é o Verbo, do qual todo o gênero humano participou. Portanto, aqueles que viveram conforme o Verbo são cristãos, quando foram considerados ateus, como sucedeu entre os gregos Sócrates, Heráclito e outros semelhantes [...]. (JUSTINO I apud BUENO, 1979, p. 232-233).

Sua afirmação da presença das centelhas do Verbo, todavia, não deve ser confundida com uma pretensa relativização, pois Justino enfatiza sempre a perfeição da revelação cristã enquanto conhecimento do Verbo misericordiosamente concedido por Deus do qual os pagãos tem um conhecimento obscuro.<sup>3</sup>

Em geral, tudo o que os filósofos e poetas disseram sobre a imortalidade da alma e da contemplação das coisas celestes, aproveitaram-se dos profetas, não só para poder entender, mas também para expressar isso. Daí que parece haver em todos algo como germes de verdade. Todavia, demonstra-se que não o entenderam exatamente, pelo fato de que se contradizem uns aos outros. (JUSTINO I apud BUENO, 1979, p. 230).

Assim, não causa surpresa o fato de Justino considerar que os judeus, enquanto seguem a lei, e os filósofos, guiados pelos valores ditados a partir da razão natural sejam, de alguma forma, cristãos. “Por isso, aquilo que de bom foi dito por eles, pertence a nós os cristãos, porque nós adoramos e amamos, depois de Deus, o Verbo, que procede do mesmo Deus ingênito e inefável.” (JUSTINO II apud BUENO, 1979, p. 277). E ainda, “sabemos que alguns que professaram a doutrina estoica foram odiados e mortos. Pelo menos na ética eles se mostram moderados, assim como os poetas em determinados pontos, por causa da semente do Verbo, que se encontra ingênita em todo o gênero humano.” (JUSTINO II apud BUENO, 1979, p. 269).

---

<sup>3</sup> “A ideia do *Logos Spermatikós*, tomada em seu sentido mais direto, quer expressar que Cristo é aquela verdade que ilumina naturalmente as inteligências de todos os homens e implanta neles os conhecimentos morais e religiosos que são heranças comum do gênero humano. Nunca disse, porém, que basta ler as obras dos filósofos pagãos para conhecer a Cristo ou alcançar a salvação” (DAMBORIENA, 1973, p. 24).

Santo Ireneu comparou a humanidade a uma vinha cuidada e irrigada por Deus, simbolizando a graça, a adoção filial e a efusão do Espírito Santo. Além disso, o cuidado divino para com o homem é justificado pela imagem de Deus presente nesse. Clemente de Alexandria, com sua chave teológica do *Logos*, tematiza a salvação como obra trinitária oni-extensiva. Orígenes, os padres capadócijs e Eusébio de Cesareia têm afirmações semelhantes. Santo Agostinho também considerou que a salvação se estende àqueles que viveram piedosamente segundo uma reta consciência. Santo Hilário também falou das centelhas do Verbo e do Espírito que fulguram nas almas que as acolhem. Santo Ambrósio, por fim, disse que todas as verdades proferidas provêm do Espírito Santo (CINTRA apud RIBEIRO, 1973, p. 34-38).

Na escolástica, Pedro Abelardo (+1142) demonstrou uma tendência para o que Boehner e Gilson (1988, p. 313) denominam humanismo cristão. O famoso filósofo da querela dos universais defende uma participação na revelação natural por parte daqueles que de forma não culposa ignoraram a revelação cristã, com especial destaque para os filósofos. Também com Nicolau de Cusa (+1464) teremos na obra *De pace fidei* a ideia de um concílio universal das religiões, a ser realizado em Jerusalém, com a participação dos sábios do mundo todo (BOEHNER; GILSON, 1988, p. 313-315).

O período da Reforma e Contrarreforma foi marcado por um excessivo fechamento. “A teologia pós-tridentina pareceu esquecer completamente a abertura e o otimismo manifestados pela Igreja primitiva” (CINTRA apud RIBEIRO, 1973, p. 39). Esta postura perdurou até meados do século XX.

Os anos que antecederam o Concílio Vaticano II marcaram o delineamento de duas correntes na teologia em relação às religiões: a teoria do cumprimento e as teorias da presença.

A primeira, oriunda do contexto missionário do século XX, via nas demais religiões “degraus para o Cristianismo, no qual encontraram cumprimento [...]” (DUPUIS, 1999, p. 188). Seus principais representantes foram Jean Daniélou, Yves Congar, Henri de Lubac e von Balthasar. A segunda, por seu turno, visa unir a natureza e a graça, alargando o olhar para a ação do mistério de Cristo. “A intenção delas é transcender as dicotomias entre a busca humana de autotranscendência e o abaixamento de Deus para se encontrar conosco.” (DUPUIS, 1999, p. 201). Representantes desta corrente são Karl Rahner, Raimundo Panikkar, Hans Küng e Gustave Thils.

No Concílio Vaticano II predominou a primeira das supramencionadas posições. O diálogo inter-religioso foi contemplado sob as seguintes modalidades: ecumênico, com outras religiões, com os não crentes e nas missões.<sup>4</sup>

As religiões na medida em que contém elementos positivos e verdadeiros, são dignas de respeito. Ditos elementos ajudam para que a sociedade humana se prepare para receber a Cristo e sua mensagem, nos quais encontram sua

---

<sup>4</sup> Documentos conciliares referentes: *Unitatis redintegratio* 4, *Nostra aetate*, *Gaudium et spes* 21, *Ad gentes* (AG) 11-15.

realização. Ainda mais, nos seus valores autênticos, as religiões constituem uma realidade na qual Cristo atua, preparando nelas e através delas sua vinda definitiva. Por isso, as religiões em seus elementos de bondade e de verdade são pré-cristãs ou pró-cristãs (DHAVAMONY, 1989, p. 925).

Tal consideração positiva, todavia, não induziu os padres conciliares a colocarem todas as religiões em condições de paridade com a revelação cristã. “O Concílio quis evitar que uma valorização unilateral das religiões pudesse levar-nos a concluir que são algo querido por Deus e que, portanto, são incluídas na história da salvação como meios ordinários oferecidos por Deus.” (DHAVAMONY, 1989, p. 928). Os elementos bons presentes nas outras religiões são considerados como preparação ao Evangelho de Cristo. “A possibilidade de salvação está unida a dois componentes: a graça salvífica de Deus e a obediência à consciência.” (DHAVAMONY, 1989, p. 927).

## **2 DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II**

O Concílio Vaticano II (1962-1965) marcou uma guinada positiva na consideração das religiões mundiais. “O Concílio não podia, pois, se contentar em falar do ordenamento de cada um dos ‘não-cristãos’ à Igreja; devia falar, como fez, de modo positivo, pela primeira vez na história conciliar, de uma relação da Igreja com as religiões ‘não-cristãs’ como tais” (DUPUIS, 2004, p. 89). Através dele a Igreja pôde refletir e haurir nas fontes patrísticas o dinamismo do diálogo inter-religioso que ficara por muito tempo olvidado. Vejamos algumas considerações presentes em alguns documentos do concílio bem como em documentos posteriores.<sup>5</sup>

### **2.1 *Lumen gentium***

A constituição dogmática *Lumen gentium*, ao tratar dos não-cristãos, compreende que a salvação se estende também àqueles que vivem sob a moção da graça e que cumprem as prescrições da consciência. Afirma que “tudo o que neles há de bom e verdadeiro, considera-o a Igreja como preparação ao Evangelho e como dom daquele que ilumina todo o homem para que afinal tenha a vida.” (LG 16).

Em relação ao caráter missionário da Igreja, destaca que o Espírito Santo é o propulsor na transmissão feita pela Igreja da salvação em Cristo (cf. LG 17).

### **2.2 *Nostra aetate***

Com a declaração *Nostra aetate*, os padres conciliares buscaram evidenciar o nexo entre a Igreja e as religiões não cristãs. Afirma a origem comum da humanidade pelo ato criador de Deus e considera a religião como uma resposta aos absolutos anseios do ser humano. “A crença

---

<sup>5</sup> Documentos e siglas neste artigo: *Lumen gentium* (LG), *Nostra aetate* (NA), *Gaudium et spes* (GS), *Ad gentes* (AG), *Dignitatis humanae* (DH), *Ecclesiam suam* (ES), *Evangelii nuntiandi* (EN), *Redemptor hominis* (RH), *Diálogo e missão* (DM), *Dominum et vivificantem* (DV), *Redemptoris missio* (RM), *Diálogo e anúncio* (DA), *Dominus Iesus* (DI), *Catecismo da Igreja Católica* (CaIC), *Documento de Aparecida* (DAP).

## O Espírito Santo e o diálogo inter-religioso

num Ser Superior faz parte da história da humanidade. E as religiões despertam e desenvolvem a sensibilidade de transcendência religiosa do ser humano. Isso acontece de modo vinculado com a cultura de cada povo” (WOLFF, 2012, p. 156). Considerada nesta ótica, o sentimento religioso seria como que um existencial sobrenatural. O fundamento teológico baseia-se na afirmação que “a Providência, a bondade e o desígnio de salvação de Deus se estenderam a todas as religiões” (SILVA; BERALDO, 2011, p. 79). Consequente com o pressuposto acima mencionado, a declaração *Nostra aetate* admite elementos de verdade e santidade nas religiões não-cristãs enquanto pequenos raios da Verdade definitiva, que é Cristo.

A Igreja católica não rejeita nada que seja verdadeiro e santo nestas religiões. Considera com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas, que, embora em muitos pontos difiram do que ela mesma crê e propõe, não raro refletem um raio daquela Verdade que ilumina todos os homens (NA 2).

Tal atitude respeitosa nasce na constatação da atuação do Espírito Santo nos bens espirituais, morais e valores socioculturais inerentes a estas religiões. Mas reitera que é um dever dar a conhecer Jesus Cristo principalmente através do testemunho de vida.

### 2.3 *Gaudium et spes*

A constituição pastoral *Gaudium et spes* analisa a extensão universal da encarnação e destaca que “o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem” (GS 22). Seu sacrifício redentor associou toda a humanidade ao seu caminho de ressurreição. “O Espírito Santo dá a todos a possibilidade de se associarem a este mistério pascal por um modo só de Deus conhecido.” (GS 22). O desígnio de Deus alarga os limites soteriológicos mediante a ação do Espírito Santo.

Merece relevância a afirmação de que o homem de todos os tempos é solicitado pelo Espírito de Deus ao problema religioso mesmo que indiretamente através das questões existenciais fundamentais (cf. GS 41). Resumindo as linhas do parágrafo 41, pode-se dizer que Deus é a resposta cabal aos anseios mais profundos do ser humano e que o Espírito Santo suscita em cada pessoa a pergunta pelos temas fundamentais da existência: de onde vim? Vale a pena existir? O que esperar para depois desta vida? Eis aqui um elemento propiciador do diálogo inter-religioso em sentido amplo.

### 2.4 *Ad gentes*

No decreto *Ad gentes*, a Igreja pronunciou que o Espírito Santo já agia no mundo em antecipação à glorificação de Cristo. Em Pentecostes, todavia, ele repousou definitivamente sobre os discípulos e impulsiona a Igreja na evangelização (cf. AG 4). Nos diferentes círculos onde se encontra a humanidade no mundo, os cristãos têm por dever dialogar primeiramente através do testemunho da palavra e exemplo de vida, movidos pelo Espírito Santo. Ele conduz

os cristãos a terem uma atitude positiva de reconhecimento dos bens espirituais dos povos e ao mesmo tempo os incumbe de iluminá-los através do anúncio de Cristo (cf. AG 11).

Para esse exemplo ser eficaz e poder oferecer a todos a vida trazida por Deus, a Igreja é chamada a inserir-se em cada contexto particular, considerando-se membro do agrupamento humano, participando da vida da comunidade, familiarizando-se com suas tradições e descobrindo com alegria as sementes do Verbo que ali estão escondidas. (RASCHIETTI, 2011, p. 84).

Ressalta ainda que o “Espírito Santo chama todos os homens a Cristo pelas sementes do Verbo e pela pregação do Evangelho” (AG 15). Em contexto missionário, portanto, a Igreja é chamada a estar presente com os grupos não cristãos, dialogar com sua tradição cultural e religiosa, buscando discernir dimensões de comunhão com o Evangelho de Cristo.

### **2.5 *Dignitatis humanae***

Na declaração *Dignitatis humanae*, sobre a liberdade religiosa, encontramos a exortação aos cristãos a proceder cordatamente com os que estão fora da Igreja e procurar, no Espírito Santo, testemunhar a luz da vida, que é Jesus Cristo (cf. DH 14). Sobre esta atitude fundamental de respeito, comenta Wolff (2012, p.105):

As razões particulares das tradições religiosas não podem ser determinantes nas relações entre elas. Determinante é o Mistério que as sustenta. E o Mistério tem força unitiva, congregadora, de coesão mais do que de dispersão entre os membros das diferentes tradições religiosas. Daqui o direito de cada pessoa poder expressar suas crenças e a possibilidade para uma interação entre as tradições religiosas, contribuindo para que a humanidade inteira viva na justiça e na paz. Tal é o principal ensinamento da Declaração *Dignitatis Humanae*.

Jacques Dupuis, na obra *O cristianismo e as religiões*, faz uma avaliação crítica das declarações emanadas do Vaticano II a respeito das religiões não cristãs. Considera que “o Concílio nos deixou na dúvida com relação às suas verdadeiras intenções a respeito. Se seu juízo geral sobre as religiões soa discretamente positivo, sofre também de certa imprecisão” (DUPUIS, 2004, p. 93).

A linha de argumentação de Dupuis parte da suposição de que o concílio teria ficado numa posição obscura entre a clássica teoria do cumprimento, que notavelmente se percebe nas constituições e declarações, e a teoria da presença do mistério salvífico de Cristo nas outras tradições religiosas. Diante disso, ele questiona: “A Igreja do Vaticano II mostra-se inclinada a receber alguma coisa das outras religiões?” (DUPUIS, 2004, p. 95).

Jacques Dupuis cita ainda outros autores que avaliaram também os documentos do Concílio Vaticano II. Paul F. Knitter caracteriza tais declarações como ambiguidades entre a vontade salvífica de Deus e a necessidade da Igreja. H. Maurier afirma que a doutrina do concílio foi extremamente eclesiocêntrica e egocêntrica (DUPUIS, 2004, p. 94-95).

Dupuis conclui que realmente algumas expressões utilizadas pelo concílio tais como o clássico *subsistere* soam mal no contexto atual da teologia das religiões e revelam novamente a impressão de que o catolicismo seja a única religião verdadeira (DUPUIS, 2004, p. 96).

### 3 DOCUMENTOS MAGISTERIAIS POSTERIORES AO CONCÍLIO

Quanto aos documentos pós-conciliares, serão destacados neste artigo do papa Paulo VI a encíclica *Ecclesiam suam* e a exortação apostólica *Evangelii nuntiandi*; do papa João Paulo II as encíclicas *Redemptor hominis*, *Domínium et vivificantem* e *Redemptoris missio* além dos documentos e declarações *Diálogo e missão*, *Diálogo e anúncio* e *Dominus Iesus*.

#### 3.1 *Ecclesiam suam* (contemporânea ao concílio – 6 de agosto de 1964)

Considerada a ‘carta magna’ do diálogo, a supramencionada encíclica do papa Paulo VI busca fazer uma revisão dos caminhos trilhados pela Igreja. Coloca o diálogo em quatro perspectivas: nível antropológico, teológico, ecumênico e intraeclesial. Interessa-nos para este estudo a dimensão teológica enquanto ambiente vital próximo do diálogo. Paulo VI destaca que a revelação é uma iniciativa do Pai concretizada pelo Filho no Espírito Santo (cf. ES 42). Esta comunicação é pura bondade de Deus e não depende de merecimentos dos destinatários. Por isso, a Igreja não deve medir esforços para dialogar com as religiões com atitudes de clareza, mansidão, confiança, amizade e serviço (cf. ES 47,49).

Os destinatários do diálogo em nível teológico são os judeus, os muçulmanos e as grandes religiões afro-asiáticas. Em relação a esses a Igreja reconhece os valores espirituais e morais e, através do diálogo, tem por missão dar a conhecer Jesus Cristo (cf. ES 60). O reconhecimento dos elementos positivos dessas religiões não deve, contudo, conduzir a uma atitude de pseudodiálogo irênico e sincrético (cf. ES 50).

#### 3.2 *Evangelii nuntiandi* (8 de dezembro de 1975)

Com a exortação apostólica *Evangelii nuntiandi*, Paulo VI descreveu como positivos os milênios de procura do sagrado pelas religiões. Esta procura condensou-se em textos sagrados que contém sementes da Palavra a modo de uma preparação evangélica (cf. EM 53). Destaca ainda que o agente principal da evangelização é o Espírito Santo. “Através dele, do Espírito Santo, o Evangelho penetra no coração do mundo, porque é ele que faz discernir os sinais dos tempos, os sinais de Deus, que a evangelização descobre e valoriza no interior da história.” (EN 75). O Espírito Santo é visto aqui como instância orientadora para que se perceba a ação de Deus no mundo.

#### 3.3 *Redemptor hominis* (14 de março de 1979)

Na carta encíclica *Redemptor hominis*, João Paulo II reconhece a atuação do Espírito da verdade nas religiões não cristãs. “A crença firme dos sequazes das religiões não-cristãs –



crença que é efeito também ela do Espírito da verdade operante para além das fronteiras visíveis do Corpo Místico” (RH 6). Mas alerta que o encantamento diante da sinceridade dos fiéis destas tradições não deve conduzir o cristão católico a uma atitude de permissivismo. É visceral ao cristão anunciar a plenitude da verdade em Jesus Cristo.

### **3.4 *Diálogo e missão* (10 de junho de 1984)**

Com a declaração *Diálogo e missão*, o então secretariado para os não cristãos afirma peremptoriamente que o diálogo é parte fundamental do dinamismo da missão eclesial (cf. DM 30). É por valorizar o homem que a Igreja enceta o diálogo com as religiões. Mais ainda, o Espírito Santo constitui-se no grande revelador dos sinais de vida e salvação percebidos na consciência e coração de todos os homens que buscam sinceramente a verdade através das mediações das religiões não cristãs. Guiada pelo Espírito, a Igreja é chamada a discernir seus vestígios e dispor-se ao serviço (cf. DM 25).

### **3.5 *Dominum et vivificantem* (18 de maio de 1986)**

Com a supramencionada encíclica, o papa João Paulo II chama a atenção para a dimensão pneumatológica, atuante nos dois mil anos da história cristã. É, de fato, o tesouro, o legado especialíssimo da redenção do Filho. Convida à percepção da atuação do Paráclito mesmo antes de Cristo. Para o nosso estudo é importante a constatação da sua presença para além das fronteiras do corpo místico.

O Concílio Vaticano II, centrando a atenção sobretudo no tema da Igreja, recorda-nos a ação do Espírito Santo mesmo “*fora*” do corpo visível da Igreja. Ele fala precisamente de “*todos os homens de boa vontade, no coração dos quais invisivelmente opera a graça. Na verdade, se Cristo morreu por todos e a vocação última do homem é realmente uma só, a saber, a divina, nós devemos manter que o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao mistério pascal*” (DV 53, grifo nosso).

Afirma ainda que o Espírito Santo é o princípio interventor de Deus no mundo. Ele atua desde a criação do mundo e, de modo mais intenso face à revelação do mistério de Cristo, na economia da antiga e da nova aliança.

### **3.6 *Redemptoris missio* (7 de dezembro de 1990)**

A encíclica *Redemptoris missio* merece destaque por afirmar a positividade das demais religiões, nomeadamente budismo, hinduísmo e islã, sem, todavia, deixar de salientar a necessidade do anúncio de Jesus Cristo aos interlocutores. “O fato de os crentes de outras religiões poderem receber a graça de Deus e serem salvos por Cristo independentemente dos meios normais por Ele estabelecidos, não suprime, de fato, o apelo à fé e ao batismo que Deus dirige a todos os povos” (RM 55).

Embora a Igreja detenha em plenitude os meios de salvação, o diálogo deve acontecer numa atitude de profundo respeito pelos fragmentos de verdade de que as religiões não cristãs são detentoras na força do Espírito. O encontro fecundo com as demais religiões leva a Igreja a discernir os sinais do Espírito Santo e a aprofundar sua própria identidade (cf. RM 56).

### 3.7 *Diálogo e anúncio (19 de maio de 1991)*

A declaração *Diálogo e anúncio*, elaborada pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, é o documento que melhor condensa e sistematiza as orientações da Igreja no tocante à temática do diálogo. Traz novamente à tona o pronunciamento conciliar acerca da antecipação da ação do Espírito Santo em relação à encarnação do Verbo. Os elementos aglutinados nas religiões são enquadrados na categoria teológica de preparação ao Evangelho (cf. DA 17). “O *Pneuma* é universalmente atuante, em consonância com a vontade salvífica do Pai e a redenção do Filho, igualmente universais. Completa-se, assim, um esquema trinitário coerente” (MAÇANEIRO, 2011, p. 15).

Servindo-se de uma teologia da história, o documento justifica o diálogo na bondosa atitude de Deus em se comunicar na história salvífica. Esta história, cujo ápice é o sacrifício redentor de Cristo é oni-extensiva, ou seja, alcança toda a humanidade.

Tendo diante dos olhos esse fato, o documento orienta um discernimento dos frutos do Espírito Santo presentes nestas tradições religiosas. Estes elementos da graça são visualizados principalmente na vida pessoal dos seus adeptos. Recomenda, todavia, um discernimento crítico entre os elementos bons presentes e os erros igualmente radicados (cf. DA 30). Devem ser corrigidos pela visão cristã na proporcionalidade que o diálogo estabelecido possibilitar.

### 3.8 *Dominus Iesus (6 de agosto de 2000)*

Dentro da declaração *Dominus Iesus*, emitida pela Congregação para a Doutrina da Fé, merece destaque a reafirmação da unidade das missões trinitárias de forma a evitar o equívoco de cindir a história da salvação (cf. DI 12). O Espírito Santo continua a ação redentora de Cristo na sociedade, na história, nas religiões, nas culturas. “É ainda o Espírito que infunde as ‘sementes do Verbo’, presentes nos ritos e nas culturas, e as faz maturar em Cristo” (DI 12). Trata-se de uma preparação evangélica cujo alvo é Cristo. Por utilizar categorias que reduzem as demais religiões, a *Dominus Iesus* suscitou reações negativas no cenário da teologia das religiões. A este respeito, comenta Teixeira (2013, p. 181):

Foi um documento que teve repercussões muito negativas nas instâncias que trabalham o ecumenismo e o diálogo inter-religioso. Significava, na verdade, um entrincheiramento identitário e um enquadramento do pluralismo religioso, destituído de sua valorização de princípio. As outras tradições religiosas são relegadas à condição de menoridade e seus membros confinados a uma “situação gravemente deficitária” com respeito aos adeptos da Igreja Católica, considerada a única detentora da plenitude dos meios de salvação.

Nosso célebre teólogo das religiões, Jacques Dupuis, também deixou uma avaliação crítica dos posicionamentos oficiais da Igreja contidos nestas encíclicas, exortações apostólicas e declarações. Caracterizou o posicionamento de Paulo VI na *Ecclesiam suam* com a palavra-chave diálogo em quatro círculos concêntricos: mundo inteiro, outras religiões, Igrejas cristãs, dentro da Igreja. A colocação, contudo, da exclusividade do cristianismo como a única religião verdadeira é uma nota essencial e problemática. Na exortação apostólica *Evangelii nuntiandi*, segundo Dupuis, desenvolve-se uma avaliação bastante negativa das demais religiões (DUPUIS, 2004, p. 97-98).

Em relação aos documentos emanados de João Paulo II, de modo especial na *Redemptor hominis*, Dupuis percebe uma acentuada abertura à dimensão pneumatológica como condição de possibilidade de uma genuína teologia das religiões. “O Espírito Santo está presente e ativo no mundo, nos membros das outras religiões e nas próprias tradições religiosas” (DUPUIS, 2004, p. 100). Na encíclica *Dominum et vivificantem* fica ainda mais explícita a economia do Espírito como abertura da salvação nas religiões não cristãs. Por fim, na *Redemptoris missio*, João Paulo II destaca a presença atuante do Espírito Santo também nas tradições religiosas. Jacques Dupuis alerta para o fato de que essas declarações, embora notadamente positivas, acabam por ser ainda uma reestruturação da teoria do cumprimento.

#### **4 O NOVO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (1992)**

Publicado no ano de 1997, o novo *Catecismo da Igreja católica*, tendo por natureza ser um manual catequético da doutrina católica romana faz acenos de forma muito superficial a respeito da temática em questão. Afirma que o fundamento de sua atitude dialógica com as outras religiões baseia-se na capacidade inerente ao ser humano de chegar ao conhecimento, embora imperfeito, de Deus (cf. CaIC 39). Referente à missão da Igreja no mundo, enfatiza que “o Espírito Santo é o protagonista de toda a missão eclesial. É ele quem conduz a Igreja pelos caminhos da missão. Esta missão, no decurso da história, continua e desdobra a missão do próprio Cristo, enviado a evangelizar os pobres” (CaIC 852). Daí, podemos intuir que, sendo o diálogo uma das dimensões da missão, o Espírito Santo também seja o suscitante do que há de bom e verdadeiro nas religiões não cristãs. Tal comunicação demanda profundo respeito para com as multifacetadas expressões religiosas, mas não isenta os cristãos do encargo de dar a conhecer Jesus Cristo, a definitiva revelação, entre as nações.

#### **5 DOCUMENTO DE APARECIDA (2007)**

Fruto da quinta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, o *Documento de Aparecida* dedica uma ampla seção ao diálogo inter-religioso. Em consonância com as declarações do Concílio Vaticano II e com o documento *Diálogo e anúncio*, ressalta a

comunicação entre a Igreja e o judaísmo pelo laço que os une na fé monoteísta e pelo legado do Antigo Testamento (cf. DAp 235).

Em relação à atuação do Espírito Santo, destaca que “pelo sopro do Espírito Santo e outros meios conhecidos de Deus, a graça de Cristo pode alcançar a todos os que Ele redimiu, para além da comunidade eclesial, porém de modos diferentes” (DAp 236). Deste modo, reafirma sua liberdade de ação e mostra que é papel da Igreja a promoção desta salvação no mundo. O alcance soteriológico do mistério pascal de Cristo alcança toda a humanidade no dinamismo do Espírito vivificador. A Igreja, por ser detentora da plenitude da revelação deve servir de ponte entre as religiões não cristãs e o Cristo em primeiro lugar através do testemunho.

Reitera que mesmo diante de um cenário plural marcado pelo subjetivismo e a obscura identidade de certas expressões religiosas que dificultam o diálogo é missão da Igreja dialogar, investindo no conhecimento, no discernimento teológico-pastoral e na formação de agentes para estabelecer o diálogo (cf. DAp 238).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso deste estudo pôde-se constatar através de apontamentos históricos da patrística e Idade Média, bem como do magistério da Igreja no Concílio Vaticano II e em encíclicas, exortações apostólicas e declarações algumas dimensões do reconhecimento da Igreja acerca do influxo dinamizador do Espírito Santo para o diálogo com as religiões não cristãs.

O Concílio Vaticano II, embora com imprecisões e obscuridades em suas afirmações, foi o iniciador de uma superação da mentalidade apologética-positivista que tanto prejudicou o contato com as nações. “O Vaticano II foi um início fecundo: semente e sulco e chamado à esperança” (TORRES QUEIRUGA, 2015, p. 158). Reconheceu a presença das sementes do Verbo esparsas pelo mundo harmonizadas pelo Espírito Santo, segundo a multiforme graça que lhe é inerente. Admitir tal fato, todavia, não isenta a Igreja de proclamar Jesus Cristo. De fato, este mandato foi recebido do próprio Senhor.

O que deve ser diferente, então, não reside no conteúdo, mas na forma de comunicação. Os documentos do magistério insistem no caráter primordial do testemunho de vida. São Francisco de Assis (1182-1226) é modelo para o diálogo inter-religioso. O *Poverello* recomendava aos frades que iam entre os sarracenos que vivessem entre eles de dois modos, a saber, sem causar litígios, mas confessando sua fé através das obras e anunciando o Evangelho (FASSINI, 2005, p. 51). Já diz o velho adágio latino: *verba movent, exempla trahunt*. As palavras movem, os exemplos arrastam. O testemunho é a primeira reverberação do anúncio. É questão de identidade. Colocar em prática os ensinamentos que o Vaticano II declarou a respeito da teologia das religiões permanece ainda uma tarefa por executar. ✨

## REFERÊNCIAS

ALTANER, Berthold; STUIBER, Alfred. **Patrologia**: vida, obras e doutrina dos padres da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1972.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2004.

BOEHNER, Philoteus; GILSON, Etiénne. **Historia da filosofia cristã**: desde as origens até Nicolau de Cusa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

BUENO, Daniel Ruiz. **Padres apologetas griegos**. 2. ed. Madrid: B.A.C., 1979.

CATECISMO da Igreja católica. São Paulo: Loyola, 2000.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática Lumen gentium sobre a Igreja (21-11-1964). In: COSTA, Lourenço. (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007. p. 101-197.

\_\_\_\_\_. Constituição pastoral Gaudium et spes sobre a Igreja no mundo de hoje (07-12-1965). In: COSTA, Lourenço. (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007. p. 539-661.

\_\_\_\_\_. Declaração Dignitatis humanae sobre a liberdade religiosa (07-12-1965). In: COSTA, Lourenço. (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007. p. 411-429.

\_\_\_\_\_. Declaração Nostra aetate sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs. (20-10-1965) In: COSTA, Lourenço. (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007. p. 339-346.

\_\_\_\_\_. Decreto Ad gentes sobre a atividade missionária da Igreja.(07-12-1965) In: COSTA, Lourenço. (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007. p. 431-489.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Declaração Dominus Iesus**: sobre a unicidade e universalidade de Jesus Cristo e da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2000.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribe. São Paulo: Paulus, 2007.

DAMBORIENA, Prudencio. **La salvación en las religiones no cristianas**. Madrid: B.A.C., 1973.

DHAVAMONY, Mariasusai. **Evangelización y diálogo en el Vaticano II y el sínodo de 1974**. In: LATOURELLE, René (Ed.). **Vaticano II**: balance y perspectivas. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1989. p. 921-933.

DUPUIS, Jacques. **O cristianismo e as religiões**: do desencontro ao encontro. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso**. São Paulo: Paulinas, 1999.

FASSINI, Dorvalino. **Fontes franciscanas**. Santo André: Mensageiro de Santo Antônio, 2005.

JOÃO PAULO II. Carta encíclica Dominum et vivificantem. In: MARIN, Darci. **Encíclicas de João Paulo II**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 273-378.

\_\_\_\_\_. Carta encíclica Redemptor hominis. In: MARIN, Darci. **Encíclicas de João Paulo II**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 11-88.

\_\_\_\_\_. Carta encíclica Redemptoris missio. In: MARIN, Darci. **Encíclicas de João Paulo II**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 545-651.

LATOURELLE, René (Ed.). **Vaticano II: balance y perspectivas**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1989.

LIÉBAERT, Jacques. **Os padres da Igreja: séculos I-IV**. São Paulo: Loyola, 2000. (v. 1).

LOPES, Geraldo. **Gaudium et spes: texto e comentário**. São Paulo: Paulinas, 2011.

MAÇANEIRO, Marcial. Diálogo inter-religioso: fundamentos, competências, propostas. **Trilhas: revista teológico-pastoral**, Cascavel, v.13, n. 25, p. 9-41, jan./jun. 2011.

PAULO VI. Carta encíclica Ecclesiam suam. In: MARIN, Darci L. **Documentos de Paulo VI**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 13-67.

\_\_\_\_\_. Carta Encíclica Evangelii nuntiandi. In: MARIN, Darci L. **Documentos de Paulo VI**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 379-457.

PETERS, Gabriel. **I padri della Chiesa I**. Roma: Edizioni Borla, 1984.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. **Diálogo e anúncio**. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/interelg/documents/rc\\_pc\\_interelg\\_doc\\_19051991\\_dialogue-and-proclamatio\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html). Acesso em: 28 maio 2016.

QUASTEN, Johannes. **Patrologia I: hasta el concilio de Nicea**. 4. ed. Madrid: B.A.C., 1991.

RASCHIETTI, Stefano. **Ad gentes: texto e comentário**. São Paulo: Paulinas, 2011.

RIBEIRO, Almir. **O Espírito Santo: pessoa, presença, atuação**. Petrópolis: Vozes, 1973.

SECRETARIADO PARA OS NÃO CRISTÃOS. **A Igreja e as outras religiões: diálogo e missão**. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

SILVA, Audinei; BERALDO, Marcelo. Diálogo inter-religioso... Anotações de aulas. **Trilhas: revista teológico-pastoral**, Cascavel, v.13, n. 25, p. 65-84, jan./jun. 2011.

TEIXEIRA, Faustino. Igreja católica em tempo de transição. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, v. 27, n. 2, p. 177-192, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/4457/3774>. Acesso em: 18 set. 2016.

TORRES QUEIRUGA, Andrés. **A teologia depois do Vaticano II: diagnóstico e propostas**. São Paulo: Paulinas, 2015.

WOLFF, Elias. **Unitatis redintegratio, Dignitatis humanae, Nostra aetate: textos e comentários**. São Paulo: Paulinas, 2012.